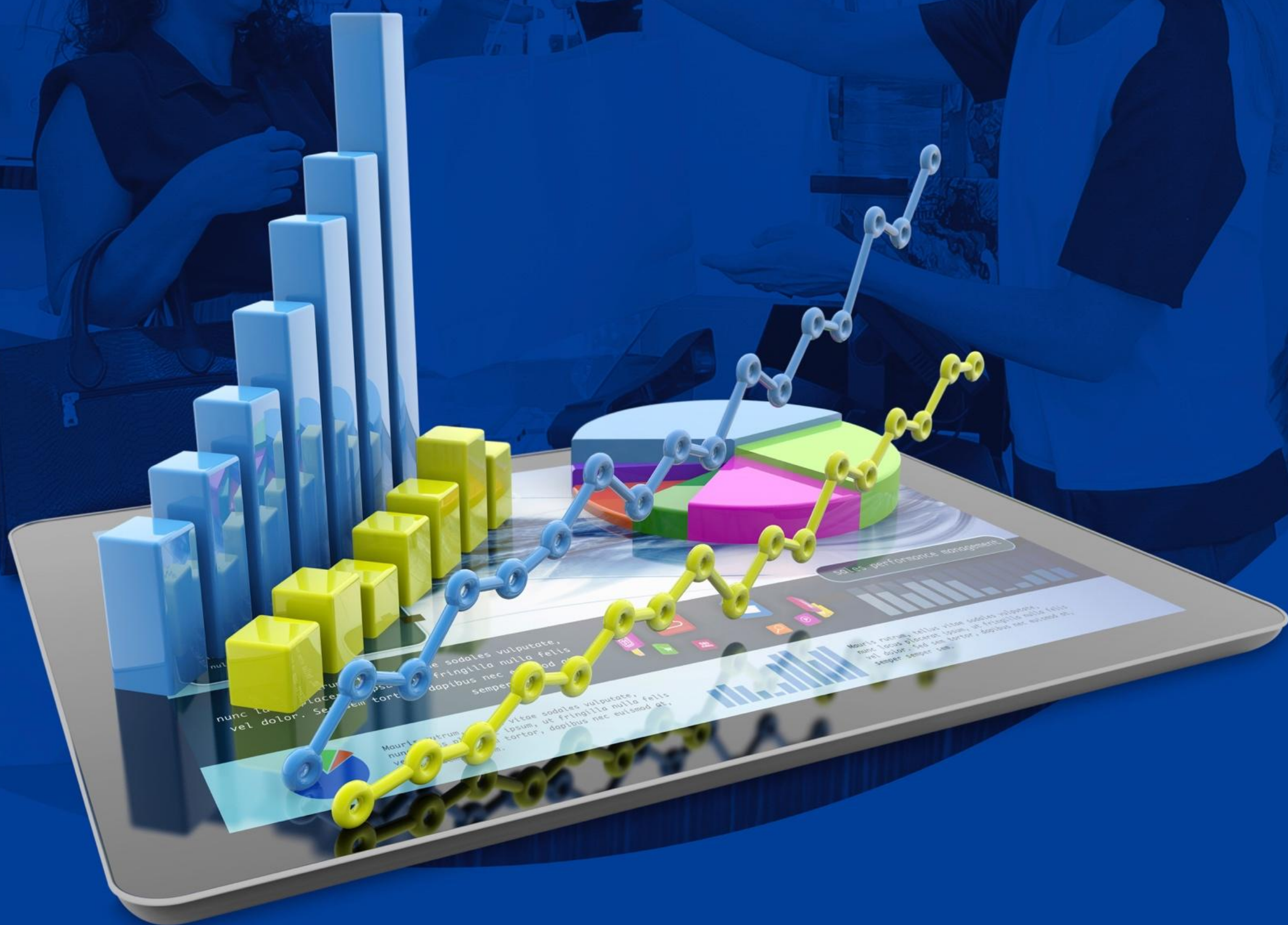




PANORAMA DO COMÉRCIO

Abril / 2026



RESUMO

A GUERRA E OS PREÇOS: COPOM REDUZ A TAXA SELIC, MAS SEGUE DE OLHO NOS EFEITOS INFLACIONÁRIOS DOS CONFLITOS EXTERNOS; DADOS DO IPCA MOSTRAM ALTA EXPRESSIVA DA GASOLINA EM MARÇO

Reunido entre os dias 17 e 18 de março, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM) reduziu a taxa SELIC para 14,75%, iniciando novo ciclo de redução dos juros. O corte era esperado desde o início do ano. Às vésperas da decisão, com o acirramento dos conflitos no Oriente Médio, houve dúvidas sobre qual seria o tamanho do corte. Também ganhou força a hipótese de adiamento da queda dos juros.

Ao decidir pela redução da taxa SELIC, o COPOM levou em consideração o aumento das tensões, destacando os possíveis efeitos inflacionários do conflito. O comunicado divulgado pelo Comitê condiciona as novas decisões à evolução do cenário externo e interno.

A redução da taxa SELIC traz, por ora, alívio aos setores produtivos, em particular ao comércio. Embora o efeito sobre as taxas de juros de mercado, cobradas de consumidores e empresas, seja defasado, a continuidade dos cortes pode representar alívio também às famílias neste momento em que os dados revelam aumento do endividamento e da inadimplência.

Panorama do Comércio

**1,5%**

Crescimento das vendas do comércio varejista no 1º bimestre de 2026

**-0,5%**

Crescimento das vendas do varejo ampliado no 1º bimestre de 2026

**4,7%**

Crescimento das vendas de materiais para escritório no 1º bimestre de 2026

Panorama Macro

**4,1%**

Inflação acumulada em mar-25 (IPCA)

**255 mil**

Saldo de empregos formais criados em mar-25

**14,75%**

Taxa SELIC em porcentagem ao ano



Ao longo dos últimos meses, cresceu o comprometimento da renda das famílias com dívidas, como mostram os números do Banco Central. Esse avanço foi acompanhado por aumento expressivo no número de negativados, segundo dados divulgados pelo SPC Brasil e da CNDL. O avanço do endividamento sucede um período de expansão do crédito, principalmente no segmento de pessoas físicas, na esteira da ampliação da inclusão financeira no país.

O quadro atual de endividamento requer cautela e rigor na análise de risco por parte das instituições financeiras e comerciais que concedem crédito. Para isso, os instrumentos de análise de crédito estão cada vez mais robustos, com o emprego de dados positivos, negativos e de inteligência no tratamento dessas informações.

Do lado do poder público, tendo em vista os índices de reincidência na inadimplência, é preciso ir além de medidas pontuais. Ações permanentes de disseminação da educação financeira e a criação de um ambiente macroeconômico estável que possibilite a queda do custo do crédito são algumas mudanças estruturais que permitirão, de fato, que a inclusão financeira amplie o bem-estar dos indivíduos e impulsione o desenvolvimento.

Termômetro do consumidor



74,3 mi

Estimativa do número de consumidores negativados



46%

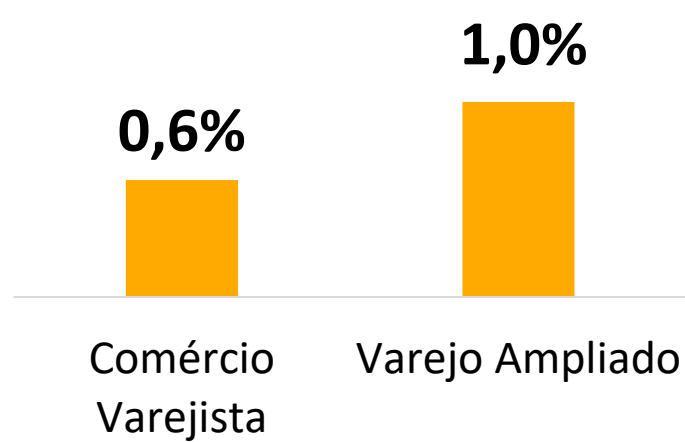
Percentual de consumidores que consideram que a economia piorou (Datafolha)

VENDAS DO COMÉRCIO

Vendas do comércio crescem na comparação entre fevereiro e janeiro; ritmo de avanço no acumulado do bimestre é mais lento, mas vendas seguem em patamar recorde

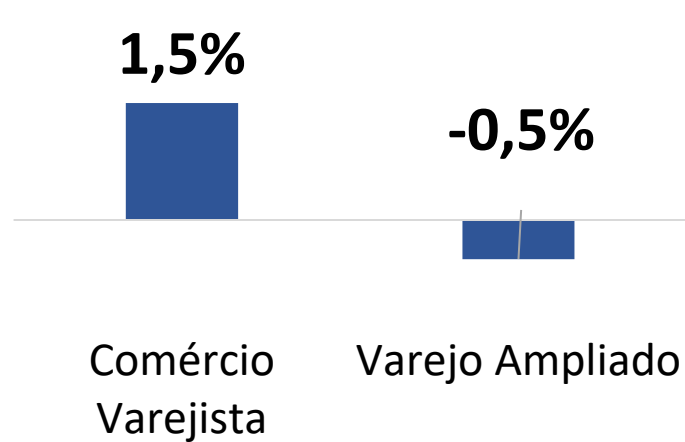
Fevereiro de 2026

Ante janeiro de 2025



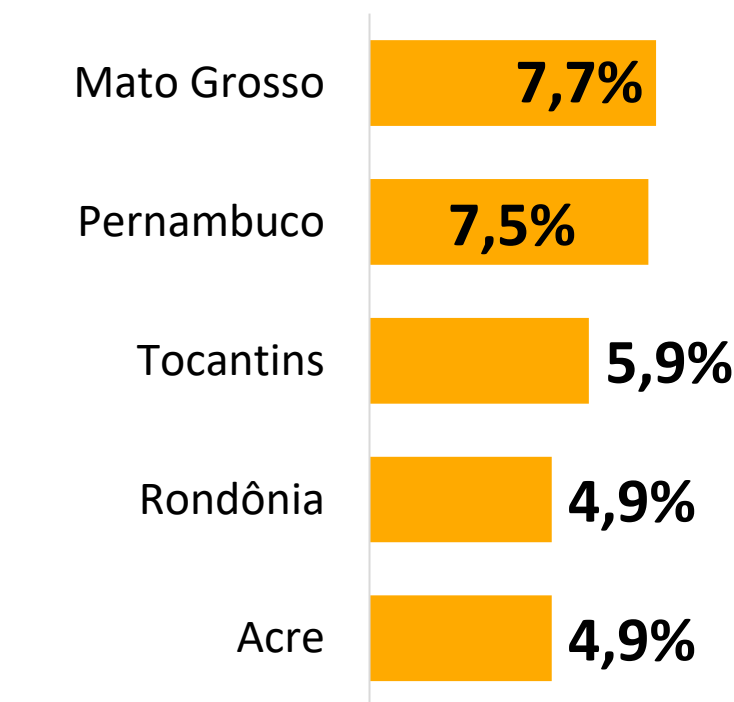
1º bimestre de 2026

Ante o 1º bimestre de 2025



1º bimestre de 2026 por UF

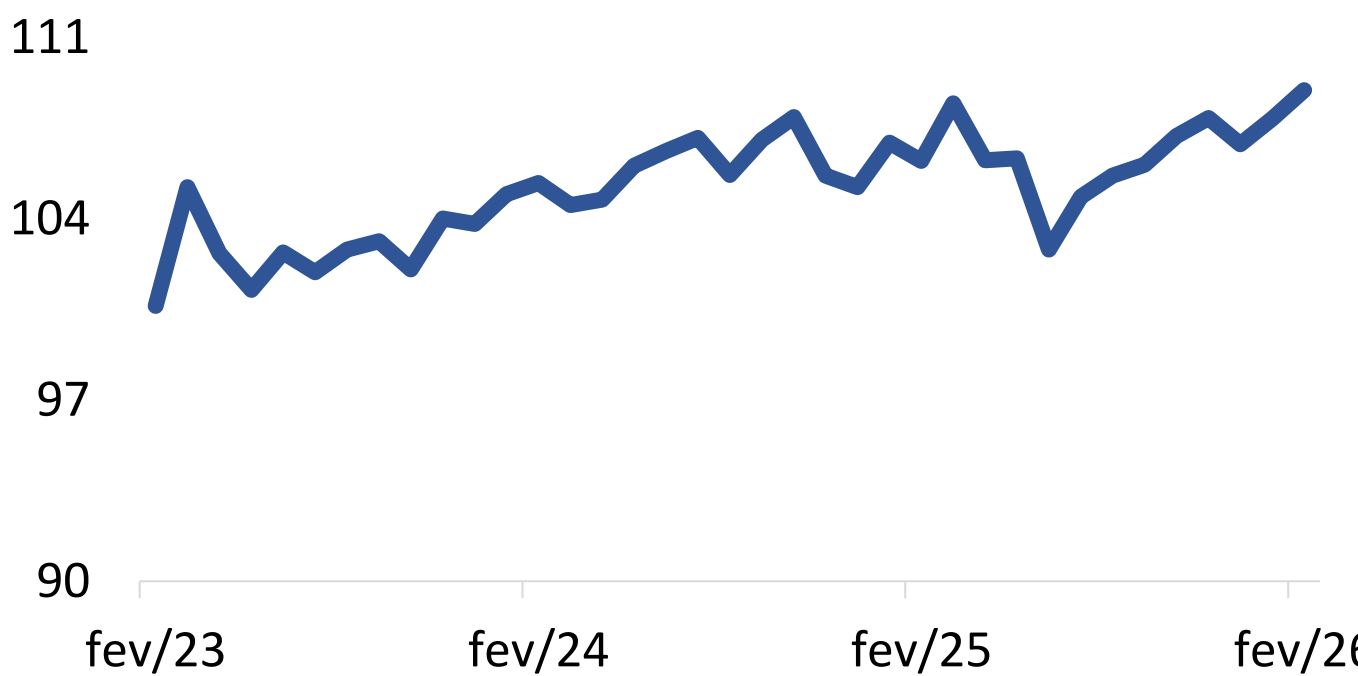
Ante o 1º bimestre de 2025



Informações do IBGE mostram que as vendas do comércio varejista registraram avanço de 0,6% em fevereiro de 2026, na comparação com o mês imediatamente anterior. No varejo ampliado, o avanço foi de 1,0% na mesma base de comparação. Na comparação entre o 1º bimestre de 2026 e o mesmo período de 2025, as vendas do comércio varejista avançaram 1,5%, enquanto as vendas do varejo ampliado recuaram 0,5%. Os resultados acumulados no bimestre ficaram abaixo do observado na comparação entre janeiro de 2026 e o mesmo mês do ano anterior. Mesmo com o recuo na comparação entre os bimestres com a desaceleração vista no ritmo de crescimento das vendas ao longo de 2025, as vendas do varejo ampliado seguem em patamar historicamente elevado. Os dados estaduais mostram que Mato Grosso liderou o crescimento das vendas no bimestre, com alta de 7,7%. Em seguida, aparece Pernambuco, com alta de 7,5%. O varejo ampliado ainda sente os efeitos do quadro de juros ainda elevados e do endividamento das famílias, que atingiu níveis recordes nos últimos meses.

Vendas do Varejo Ampliado

Número Índice (2022 = 100)



VENDAS DO COMÉRCIO POR SEGMENTO

No 1º bimestre de 2026, vendas de materiais para escritório lideram crescimento; sete das 11 atividades segmentadas pelo IBGE registraram crescimento das vendas

Das 11 atividades segmentadas pelo IBGE, oito apresentaram alta e três apresentaram queda na comparação entre os bimestres. No 1º bimestre de 2026, na comparação com o mesmo período do ano anterior, as vendas de “Materiais para escritório”, que inclui as vendas de equipamentos de informática, registraram alta de 4,7%, liderando o desempenho entre os demais segmentos comerciais. Esse resultado veio à despeito da queda notada na comparação mensal (-2,7%), isto é, entre fevereiro de 2026 e o mês imediatamente anterior. O segundo melhor desempenho no bimestre foi do segmento de “Artigos médicos e farmacêuticos”, com alta de 4,4%. Em seguida, aparece o segmento de “Móveis e eletrodomésticos”, com alta de 3,9%. O maior recuo foi notado no segmento de “Veículos, motocicletas, partes e peças”, que registrou queda de 5,0% frente ao mesmo período do ano anterior.

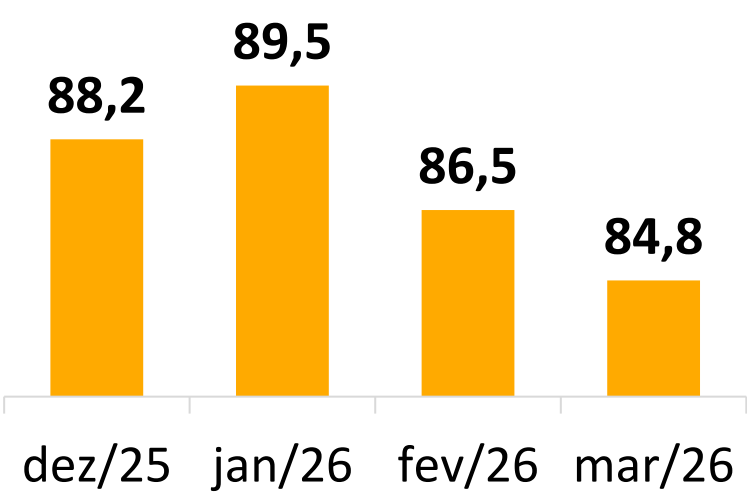
Segmento do comércio	1º bimestre de 2026	Mensal
 Materiais para escritório	4,7%	-2,7%
 Artigos médicos e farmacêuticos	4,4%	0,3%
 Móveis e eletrodomésticos	3,9%	-0,1%
 Outros artigos de uso pessoal e doméstico	1,3%	-0,6%
 Hipermercados e supermercados	0,9%	1,1%
 Tecidos, vestuário e calçados	0,4%	-0,3%
 Combustíveis e lubrificantes	0,3%	1,7%
 Atacadista de alimentação e bebidas	-0,9%	-
 Livros, jornais, revistas e papelaria	-1,1%	2,4%
 Materiais para construção	-2,1%	0,5%
 Veículos, motocicletas, partes e peças	-5,0%	1,6%

INDICADOR DE CONFIANÇA DO COMÉRCIO

Confiança do comércio recua em março e registra a segunda queda consecutiva; indicador permanece abaixo dos 100 pontos, indicando cenário de cautela do setor

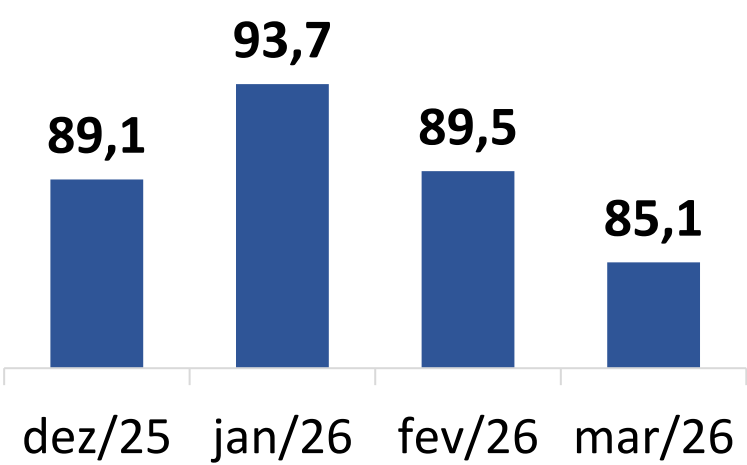
Situação Atual

Número índice (de zero a 200)



Expectativas

Número índice (de zero a 200)



Variações

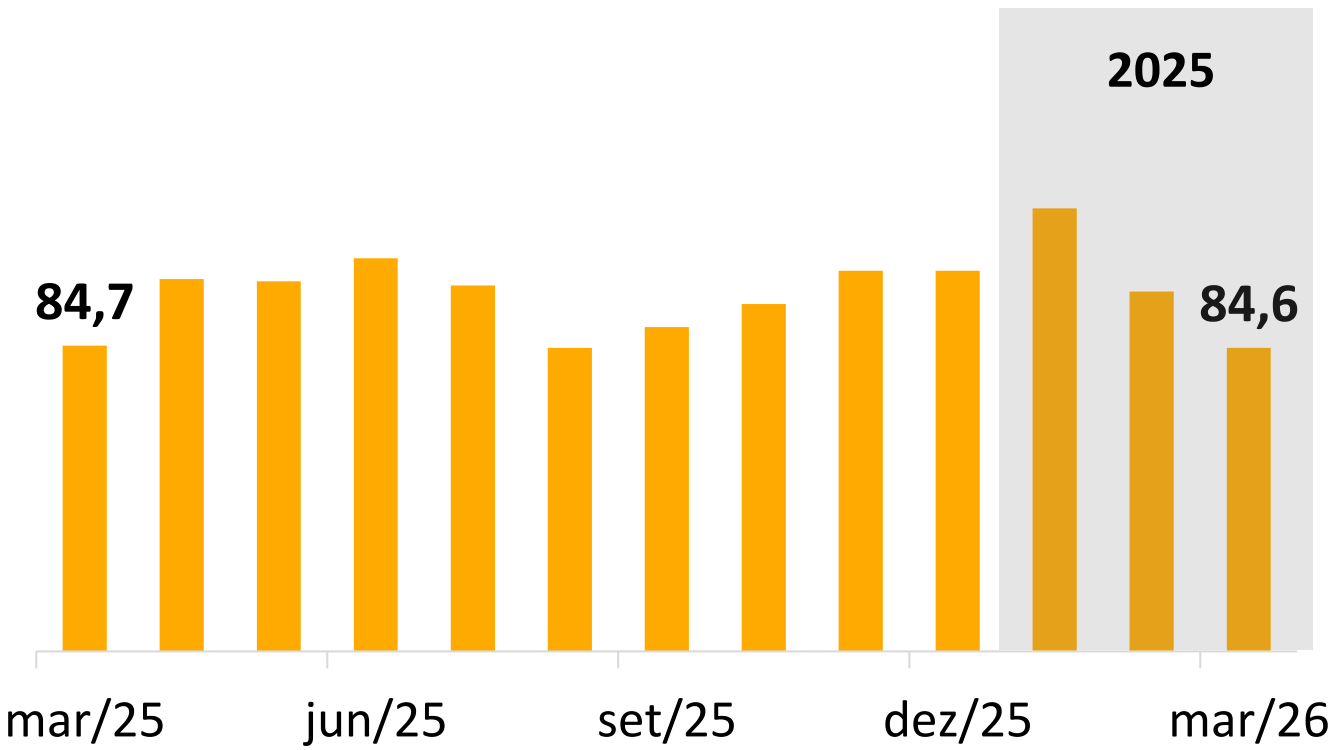
Mar-26 ante fev-26 e ante mar-25

	Mensal	Anual
Confiança	-3,1%	-0,1%
Situação Atual	-0,9%	-6,4%
Expectativas	-4,9%	7,2%

Dados da Fundação Getulio Vargas (FGV) mostram recuo da confiança dos empresários do comércio, depois do avanço observado na primeira medição do ano, feita em janeiro. Em março de 2026, o indicador que mede o otimismo do setor registrou 84,6 pontos. A piora da percepção desses empresários ocorre tanto na dimensão das Expectativas, em que se avalia o grau de otimismo para os próximos meses, quanto na dimensão da Situação Atual, em que se avalia o desempenho mais recente do setor. De acordo com o indicador, o componente da situação atual pontuou 84,8, com queda de 2,0% na comparação com fevereiro de 2026 e de 0,1% na comparação com março de 2025. Já o componente das Expectativas pontuou 85,1, com queda de 4,9% na comparação anual. As incertezas presentes no cenário atual incluem o impacto inflacionário das tensões geopolíticas e o quadro de endividamento elevado, que acaba por limitar o consumo.

Indicador de Confiança do Comércio

Número índice (de zero a 200)



MERCADO DE TRABALHO

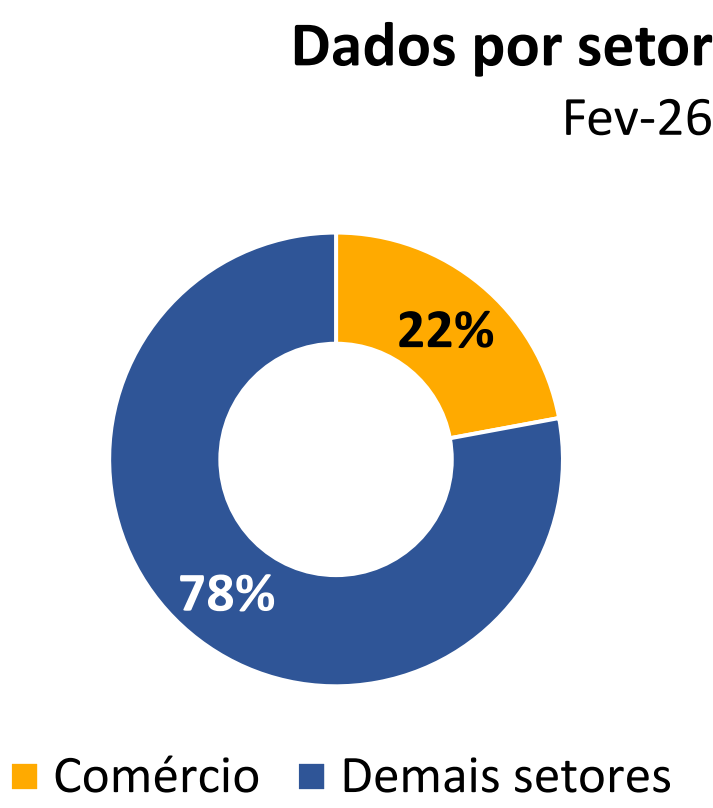
Saldo de criação de vagas formais chega 370.339 no 1º bimestre de 2026, mostra CAGED; comércio emprega 22% do estoque de trabalho formal

Dados divulgados pelo CAGED mostram que, em fevereiro de 2025, o saldo de vagas formais de trabalho criadas no país foi de 255.321. Considerando o 1º bimestre do ano, o saldo chegou a 370.339. Analisando o saldo de criação de vagas no 1º bimestre dos anos anteriores, constata-se uma perda de força do mercado de trabalho na comparação com 2025, quando o saldo chegou a 594.953. O saldo de criação de vagas é calculado como a diferença entre o total de admissões e o total de demissões em um determinado período. O detalhamento dos dados por setor revela que os serviços lideraram a criação de vagas na economia, com saldo de 177.953 vagas criadas. O comércio registrou o menor saldo entre os setores (6.127), refletindo o encerramento de contratações temporárias, que tipicamente ocorre nos primeiros meses do ano. Por fim, analisando o estoque de empregos formais, que chegou a 48,8 milhões em fevereiro, observa-se que o comércio emprega 22% desse total.

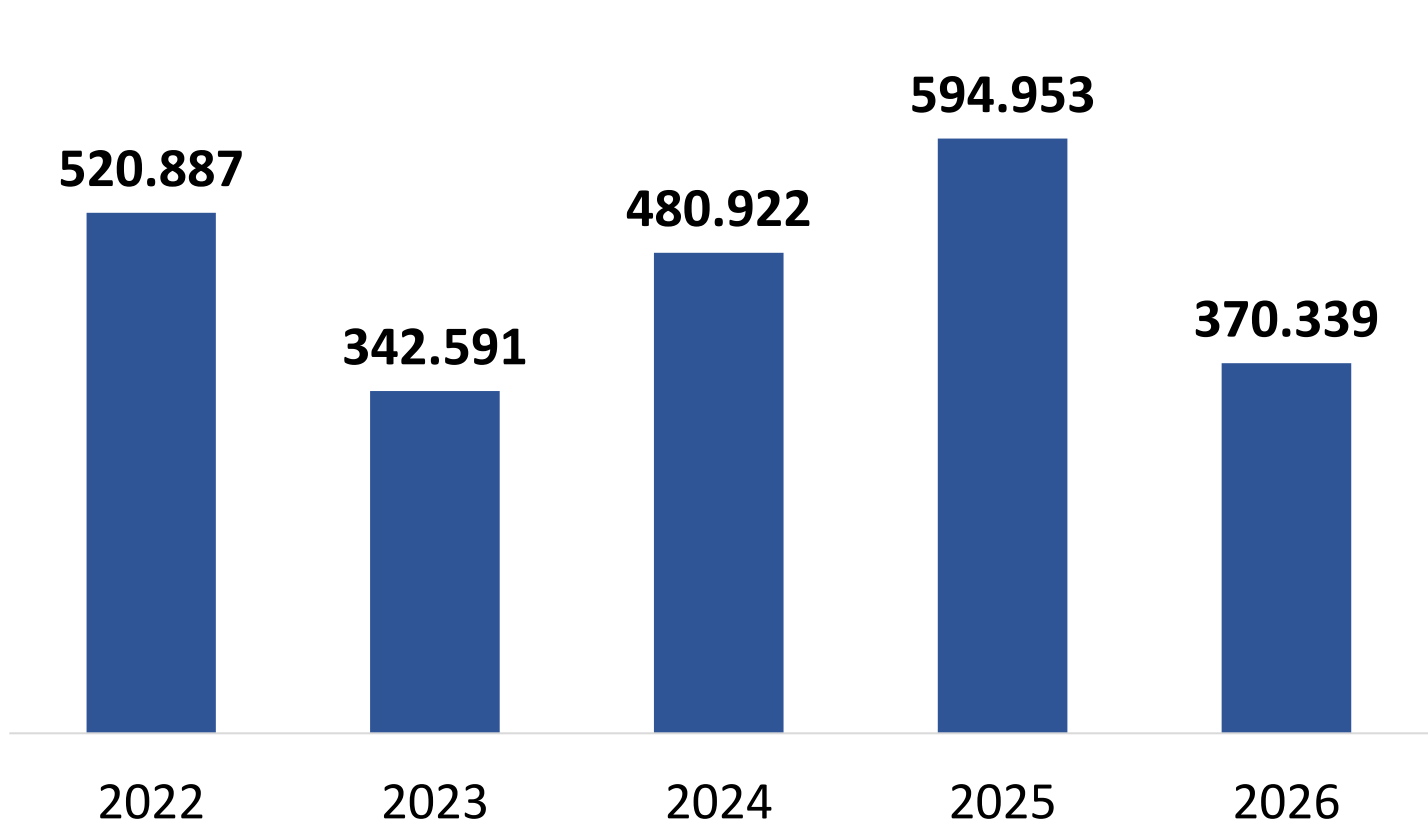
255.321

Saldo de vagas formais criadas em fev-26

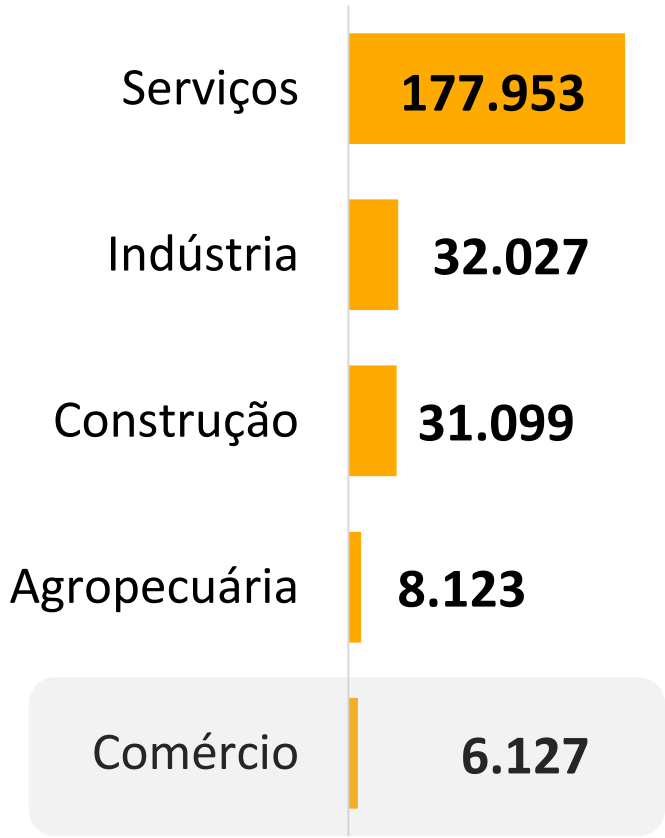




Criação de vagas formais
1º bimestre de cada ano



Dados por setor
1º bimestre de 2026



INFLAÇÃO

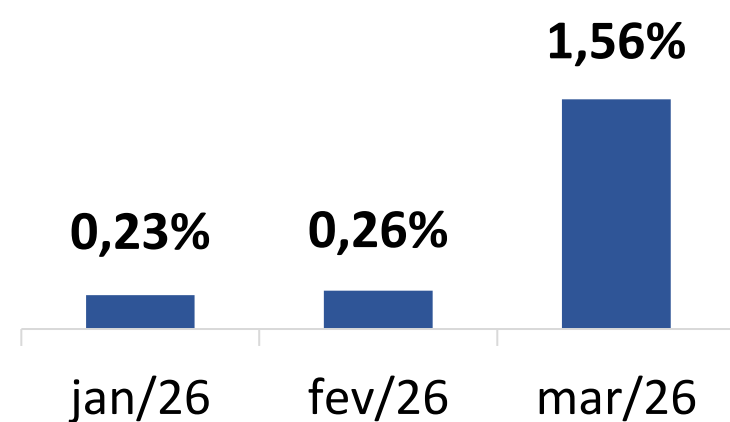
Preços de transporte e alimentações são destaque no IPCA de março, mostra IBGE; aumento da gasolina chega a 4,59% e reflete tensões geopolíticas

**0,88%**

Variação mensal do IPCA (mar-26 ante fev-26)

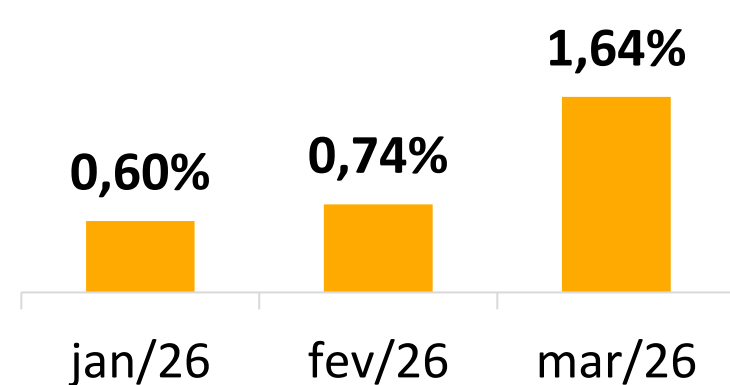
Alimentação e bebidas

Mar-26 ante fev-26



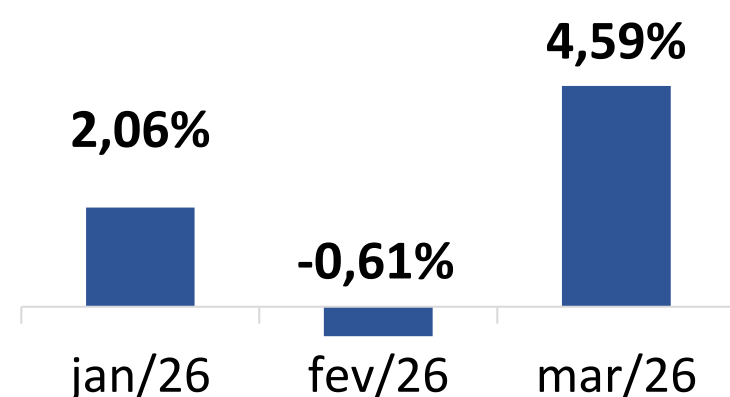
Transportes

Mar-26 ante fev-26



Gasolina

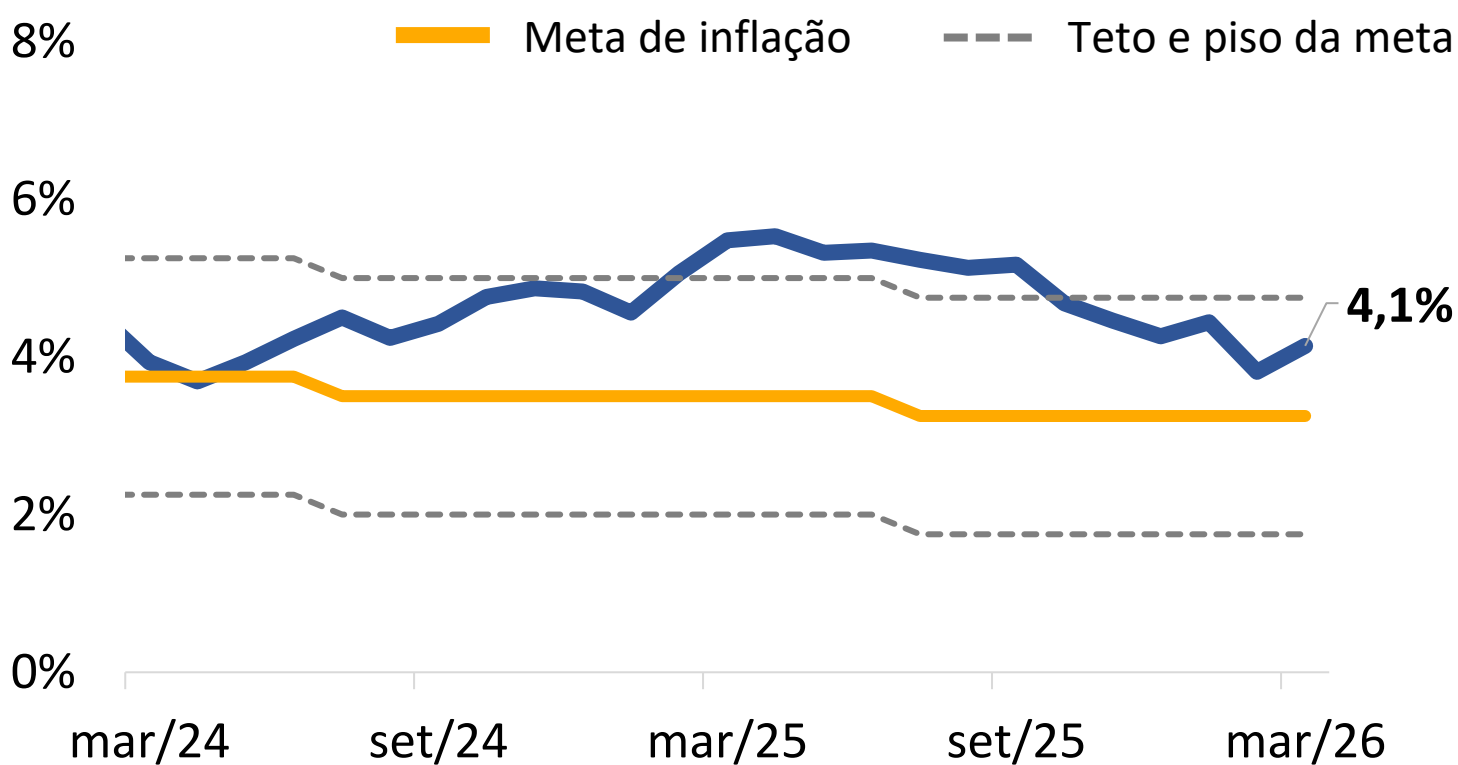
Mar-26 ante fev-26



De acordo com dados divulgados pelo IBGE, o índice oficial de inflação registrou alta de 0,88% em março de 2026, na comparação com o mês anterior. O IPCA é calculado com base em uma cesta de bens e serviços tipicamente consumidos pelas famílias com renda entre 1 e 40 salários-mínimos. O dado do último mês já mostra o impacto dos conflitos no Oriente Médio sobre a evolução dos preços. Os itens de transporte registraram avanço de 1,64% na comparação entre março e fevereiro de 2026, com resultado acima da média do índice. Analisando o preço dos gasolina, a alta foi ainda mais expressiva, de 4,59%. Desde o acirramento das tensões geopolíticas, existe o receio sobre o impacto inflacionário da guerra. Por sua vez, os itens de “Alimentação e bebidas” notaram aumento de 1,56% na comparação mensal. Ampliando o horizonte de análise, constata-se que o IPCA registrou alta de 4,1% no acumulado dos 12 meses encerrados em março. Para comparação, no acumulado dos 12 meses encerrados em fevereiro de 2026, a alta foi de 3,8%.

IPCA

Acumulado em 12 meses

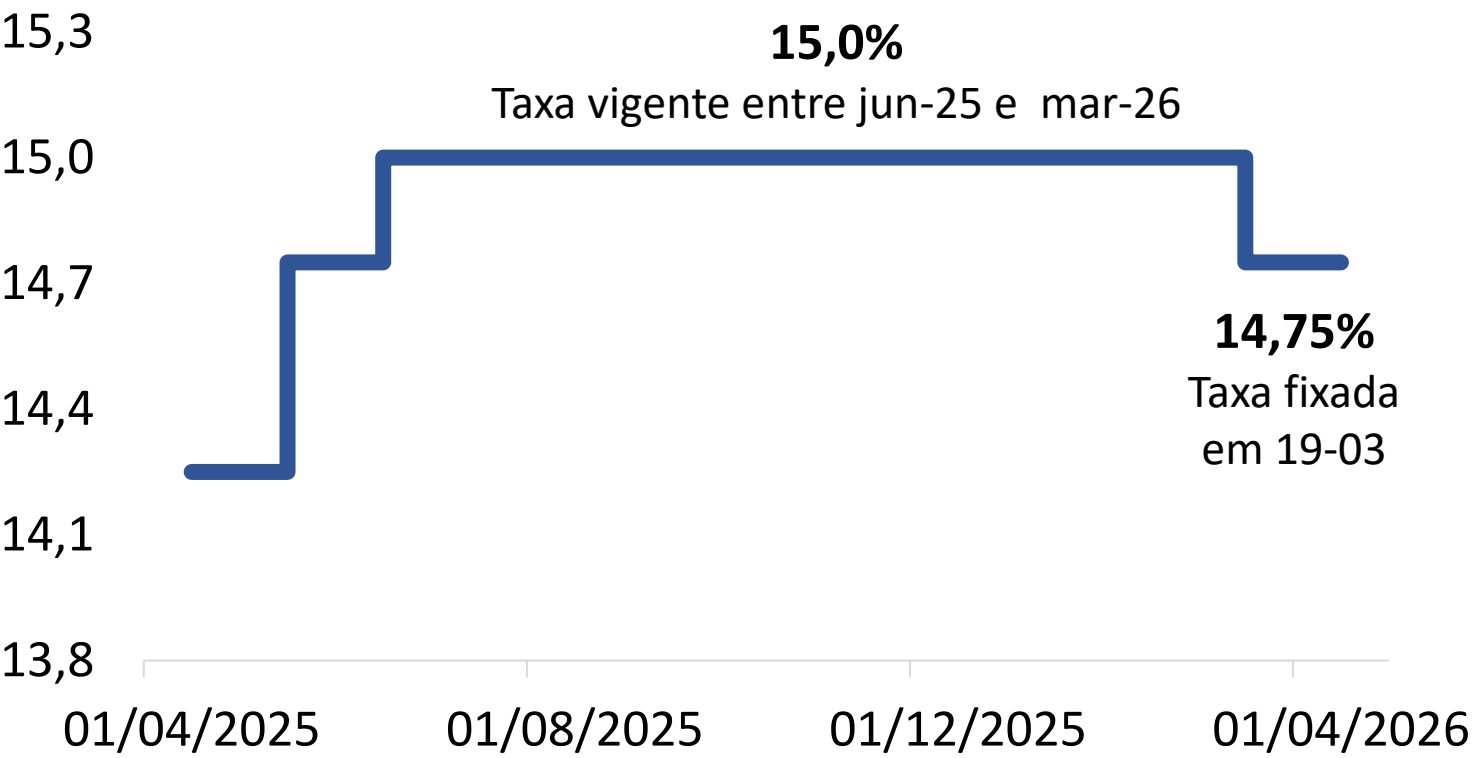


POLÍTICA MONETÁRIA

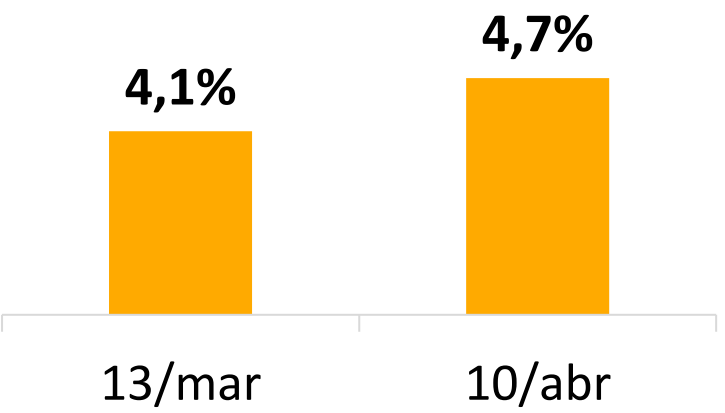
COPOM inicia corte de juros e reduz a taxa SELIC para 14,75% em março de 2026; potencial inflacionário das incertezas geopolítica segue no radar do Comitê

Reunido entre os dias 17 e 18 de março de 2026, o Comitê de Política Monetária (COPOM) reduziu a taxa SELIC para 14,75%, iniciando um novo ciclo de redução dos juros no país. As vésperas da reunião coincidiram com o acirramento dos conflitos geopolíticos, o que trouxe divergências nas previsões feitas pelo mercado. Prevaleceu a decisão de corte, mas o comunicado divulgado pelo Comitê explicitou o aumento da incerteza e condicionou as próximas decisões à evolução do cenário externo e interno. Os conflitos geopolíticos estão pautando o debate sobre a política monetária em razão dos choques potenciais sobre o preço da energia, que podem ter o efeito de provocar uma aceleração do nível geral de preços. Olhando adiante, e ponderando os fatores de risco apontados pelo próprio COPOM, o mercado espera uma queda mais modesta da SELIC ao longo de 2026 do que a inicialmente prevista. Já a inflação projetada para o ano passou de 4,1%, em 13 de março, para 4,7% em 10 de abril.

Taxa SELIC
Em % ao ano



Projeção para o IPCA 2026
Boletim Focus



“No cenário atual, caracterizado por forte aumento da incerteza, o Comitê reafirma serenidade e cautela na condução da política monetária, de forma que os passos futuros do processo de calibração da taxa básica de juros possam incorporar novas informações que aumentem a clareza sobre a profundidade e a extensão dos conflitos no Oriente Médio, assim como seus efeitos diretos e indiretos sobre o nível de preços ao longo do tempo.”

Comunicado do COPOM de
mar-26

MERCADO DE CRÉDITO

Crédito a pessoas físicas reduz ritmo de crescimento, mas ainda mostra avanço acima de 10%; relação crédito-PIB alcança 55,6% em fevereiro de 2026

O mercado de crédito tem um papel importante no financiamento do consumo das famílias e no investimento empresarial. Informações do Banco Central do Brasil permitem avaliar o desempenho do crédito no país ao longo dos últimos anos. Os números mostram que, depois de uma fase de crescimento bastante acentuado do crédito a pessoas físicas, o ritmo de avanço diminuiu. Nos dois anos que se seguiram ao início da pandemia, o ritmo de crescimento ficou próximo de 20%. O ritmo atual está mais próximo de 10%, considerando a comparação entre um mês e o mesmo mês do ano anterior. Em fevereiro de 2026, o crescimento foi de 11,2% no segmento de PF. No crédito empresarial, a taxa de variação oscilou ao longo dos últimos anos. Em fevereiro de 2026, o crescimento foi de 7,1%, ante fevereiro de 2025. Com o avanço acumulado, a relação crédito-PIB chegou a 55,6% na última medição. Essa relação fornece uma medida da importância do crédito para o financiamento das atividades econômicas.

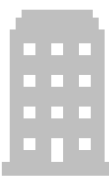
R\$ 7,1 tri

Saldo de crédito total (PF + PJ) em fev-26



9,0%

Projeção de crescimento para o saldo de crédito total



55,6%

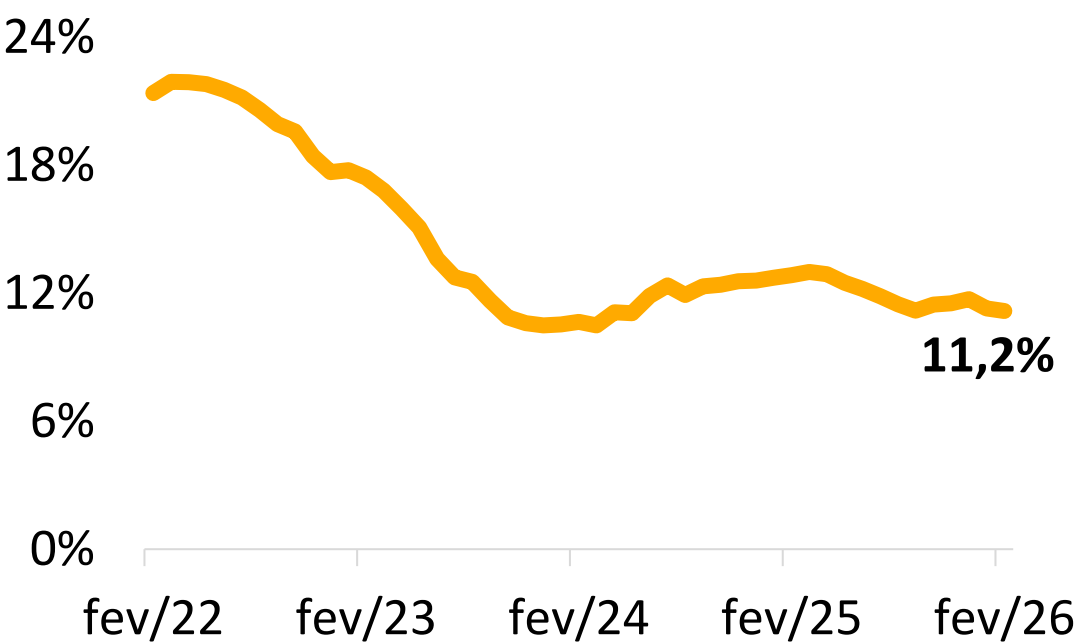
Crédito como proporção do PIB em fev-26



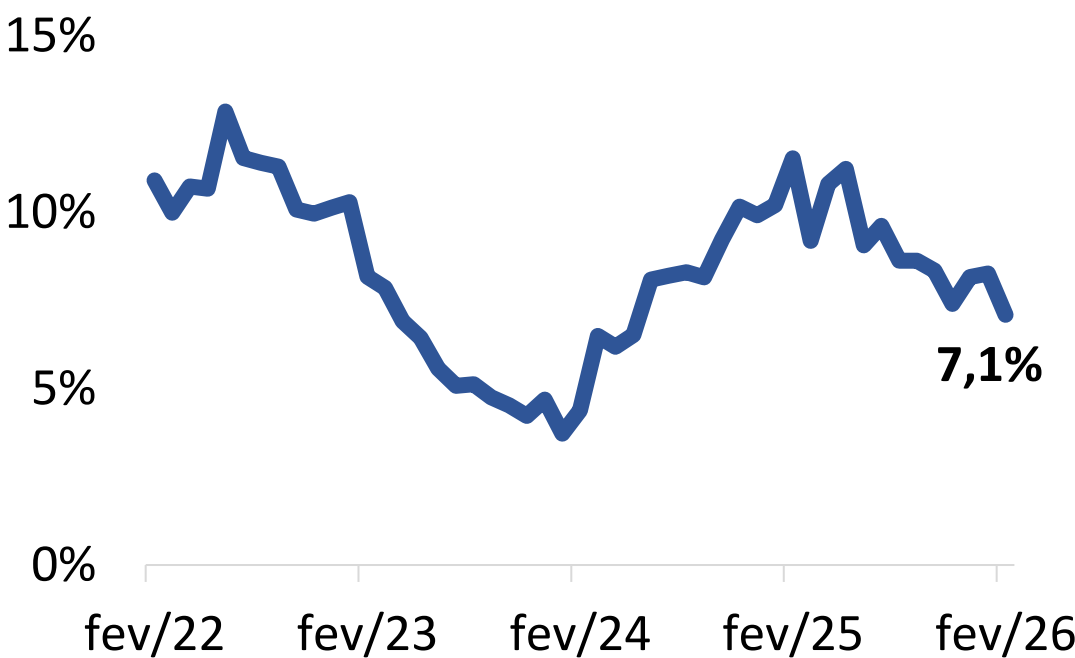
Crescimento do saldo de crédito

Variação do número de negativados entre o mês e o mesmo mês do ano anterior

CONSUMIDORES (PF)



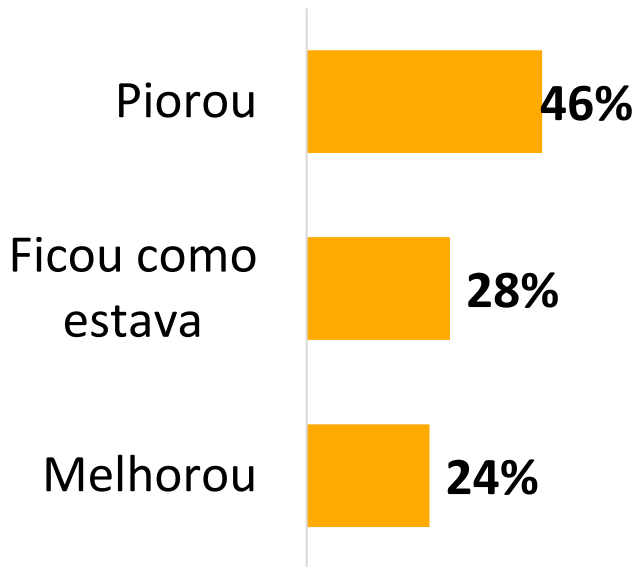
EMPRESAS (PJ)



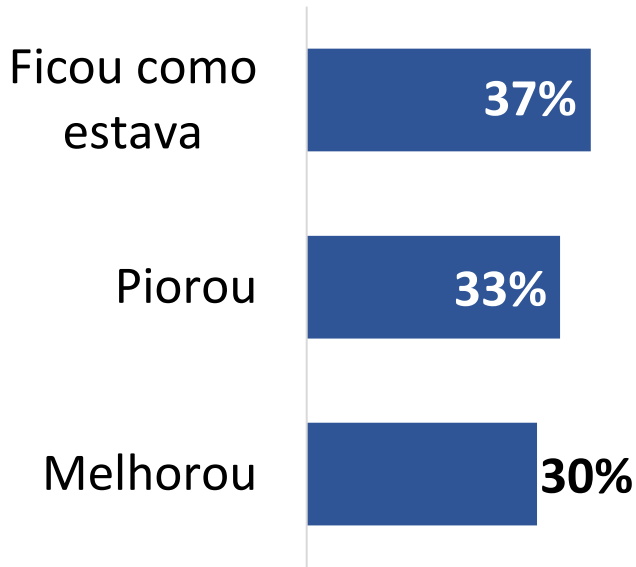
TERMÔMETRO DO CONSUMIDOR

Endividamento segue elevado e Governo avalia medidas; pesquisa divulgada pelo Datafolha aponta que para 46% a situação econômica do país piorou

Avaliação da situação econômica do país



Avaliação da situação financeira



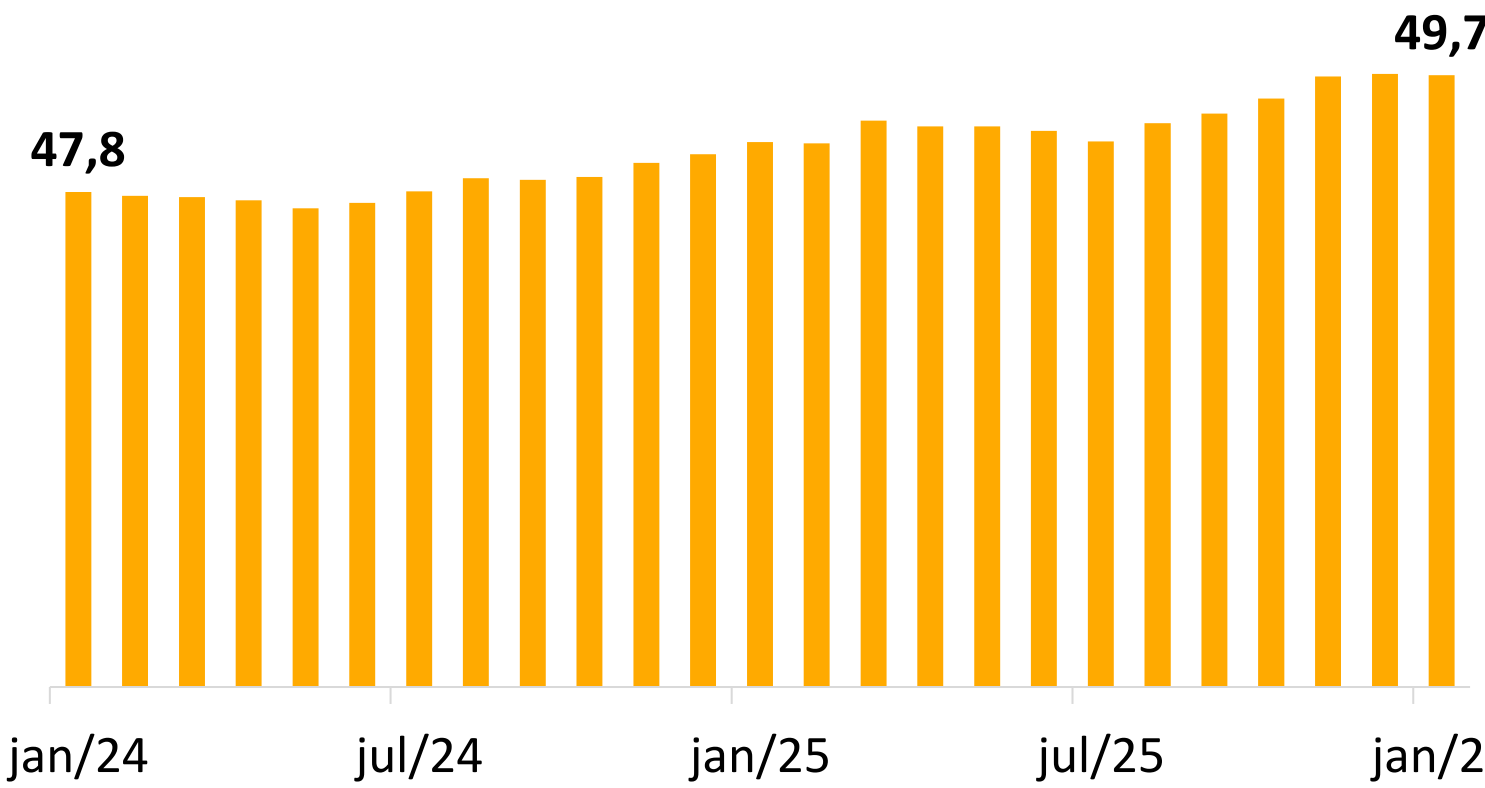
80,4%

Percentual de famílias endividadadas, segundo sondagem da CNC.

Dados do Banco Central do Brasil mostram que, em janeiro de 2026, a proporção da renda acumulada em 12 meses comprometida com dívidas feitas por meio do Sistema Financeiro Nacional chegou a 49,7%. Esse número registrou um crescimento considerável ao longo dos últimos dois anos. Para comparação, em janeiro de 2024, o percentual foi estimado em 47,8%. Vale destacar que o comprometimento da renda não significa necessariamente atrasos, mas existe uma correlação entre os dois fenômenos, que pode ser vista nos dados de negativação divulgados pela CNDL e SPC Brasil. Diante desse quadro, o Governo Federal iniciou a discussão de medidas para conter o crescimento do endividamento. Não há proposta formal, mas, entre as medidas, discute-se o uso de recursos do FGTS. Por fim, dados recentes do Datafolha detalham a percepção dos brasileiros sobre o momento econômico. De acordo com a pesquisa, 46% avaliam que houve piora no cenário econômico e 33% relataram piora na vida financeira. Os dados foram coletados em março de 2026.

Comprometimento da renda com dívidas

% da renda acumulada em 12 meses



INDICADOR DE INADIMPLÊNCIA

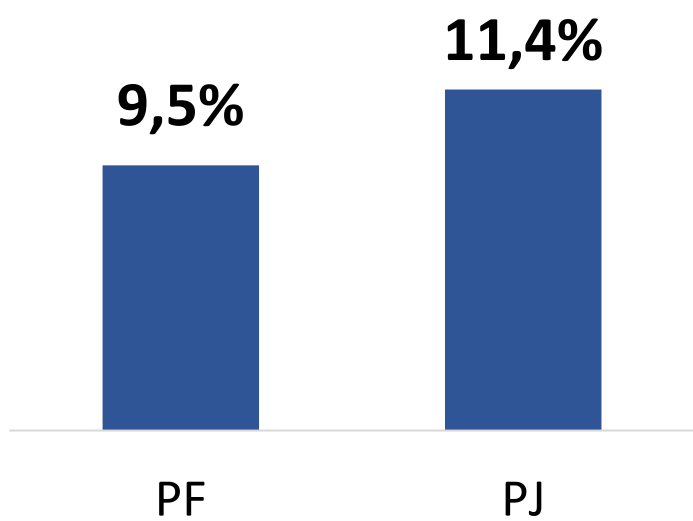
Número de consumidores negativados alcança 74,3 milhões, mostra indicador de inadimplência; dados sucedem período de expansão do crédito



74,3 mi

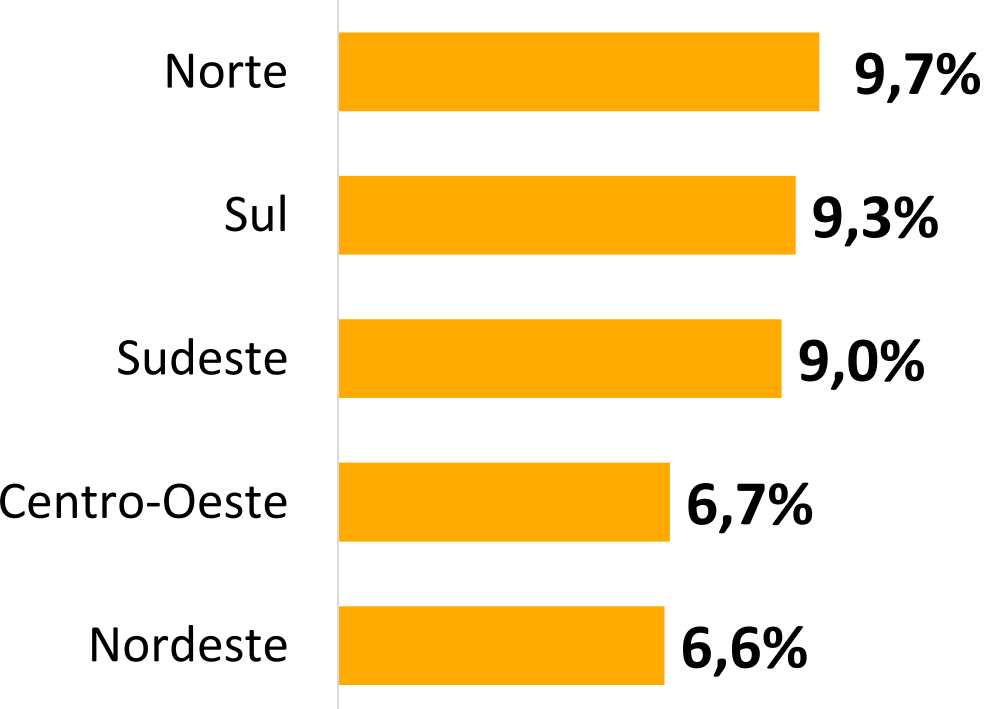
Estimativa do número de negativados em mar-26

Crescimento do número de negativados no Brasil
Mar-26 ante mar-25

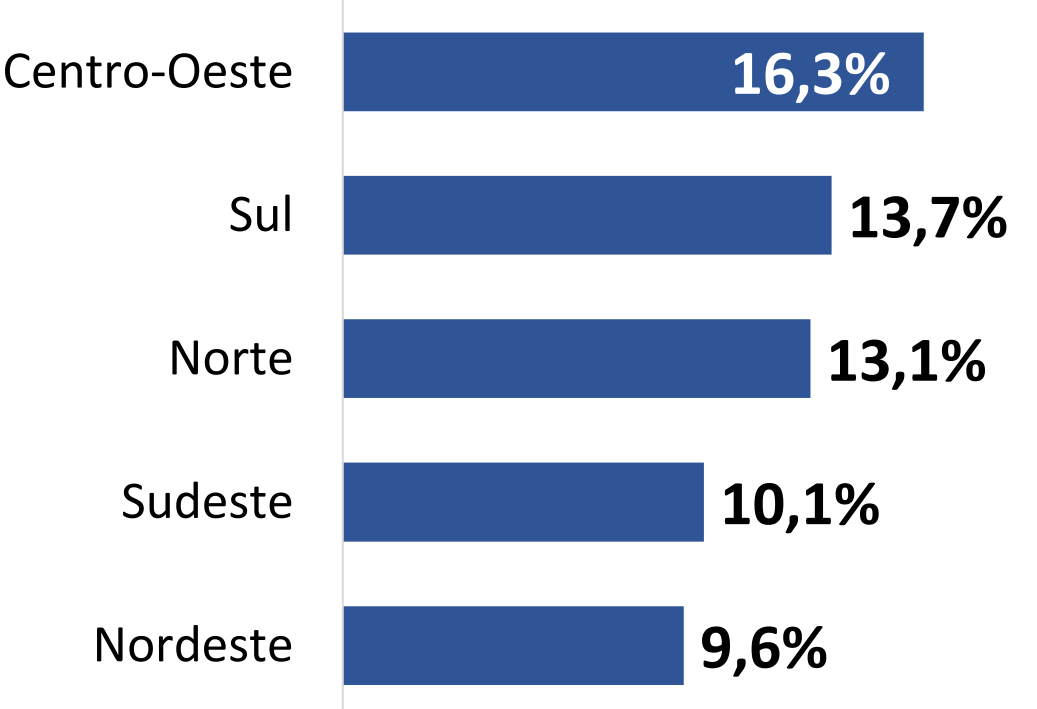


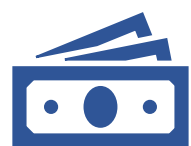
De acordo com dados divulgados pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo SPC Brasil, o número de consumidores negativados chegou a 74,3 milhões em março de 2025. Esse número representa 44,4% da população adulta. Na comparação entre março de 2026 e o mesmo mês do ano anterior, o número de pessoas físicas negativadas cresceu 9,5%. Na região Norte, o avanço foi de 9,7%. Essa região liderou o crescimento do número de consumidores negativados, seguida pelas regiões Sul (9,3%) e Sudeste (9,0%). Já entre as empresas, o maior crescimento do número de negativados foi observado na região Centro-Oeste, com salto de 16,3% em março de 2026 ante março de 2025. O crescimento da inadimplência vem na esteira da forte expansão do crédito observada ao longo dos últimos anos. Conforme visto nos dados sobre o mercado de crédito, o ritmo de expansão diminuiu, mas ainda segue elevado e enseja cautela de lojistas e instituições que ofertam modalidades de crédito.

Dados regionais – PF
Crescimento do número de negativados (mar-26 ante mar-25)



Dados regionais – PJ
Crescimento do número de negativados (mar-26 ante mar-25)





MEIOS DE PAGAMENTO

19 milhões de consumidores sofreram golpes financeiros ou alguma tentativa de fraude nos últimos 12 meses

A cada dia surgem novos golpes financeiros que exigem do consumidor atenção e cuidado constantes. Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em parceria com a Offerwise Pesquisas, mostra que 50% dos entrevistados sofreram alguma fraude ou alguma tentativa de fraude em instituições financeiras nos últimos 12 meses que antecederam a pesquisa, representando aproximadamente 18,8 milhões de consumidores.

[Confira a pesquisa](#)

O principal tipo de golpe foi o pagamento adiantado de um benefício ou bem, que nunca recebeu (7%). Outros golpes incluem transferência de dinheiro para compra de produtos em anúncios falsos postados em redes sociais clonadas de amigos e/ou conhecidos (6%), transferências de dinheiro para falsos conhecidos (5%). Invasão de contas em lojas online e compra com o cartão cadastrado (5%) e clonagem de cartões (4%) completam o topo do ranking.

As abordagens mais comuns de aproximação dos criminosos foram:

- (17%) o envio de links falsos para pagamento de produtos (17%)
- (9%) boletos falsos de contas de consumo, como luz e celular
- (6%) tentativas de indução ao PIX por alguém se passando por um conhecido

- O consumidor reage com cautela:
- 49% desconfiam de contatos estranhos, ligações de números de outros estados, ou mensagens de pessoas não reconhecidas
- 45% suspeitam de promessas de “dinheiro fácil”
- 42% desconfiam de ofertas de produtos e serviços com preços muito abaixo do mercado
- 42% não acessam sites que não consideram confiáveis.

- A fraude gera um efeito cascata:
- 34% das vítimas foram negativadas em decorrência do golpe
- 51% contrataram ajuda profissional (advogado ou empresa). Dessas, apenas 28% resolveram o problema definitivamente, enquanto 10% seguem em busca de uma solução.
- 49% optou por caminhos independentes, e não recorreram a auxílio profissional.

CONGRESSO NACIONAL

Pós janela partidária

O mês de abril é marcado pelas definições da janela partidária em que deputados federais, estaduais e distritais puderam trocar de partido sem risco de perder o mandato, as mudanças nos cargos de ministros e governadores, principalmente, causaram algumas mudanças nas agendas devido a transição.

Mais de 20% de trocas na Câmara dos Deputados, contabilizando ao menos 120 movimentações partidárias de deputados federais. O número tende a ser ainda maior após a consolidação formal das movimentações partidárias realizadas.

Maior partido da Casa, a bancada do PL saiu fortalecida, chegando a 100 integrantes. A legenda foi uma das que mais conquistou novas filiações e recuperou perdas registradas ao longo dos últimos anos. Enquanto isso, o União Brasil foi a bancada que mais perdeu nomes – 28, no total –, mas conseguiu equilibrar as perdas com 21 novas adesões. A sigla tem agora 51 integrantes, sete a menos do que no período pré-janela, mas ainda segue como o terceiro maior partido da Casa.

O PT, por sua vez, teve ao menos uma baixa, a deputada Luizianne Lins (CE), que deixou a sigla após 37 anos para se filiar à Rede. A bancada petista também filiou Paulo Lemos (AP), antes do PSOL, e se mantém como o segundo maior partido da Câmara, com 67 integrantes. As mudanças também deram fôlego para o PSDB, que registrou 11 entradas e sete saídas, chegando a 19 integrantes na Câmara. Já o PDT, proporcionalmente, foi uma das siglas com saldo mais negativo. O partido filiou apenas um deputado e perdeu outros oito. Partidos como PP, PSD e Republicanos registraram números semelhantes de saídas e novas filiações.

CONGRESSO NACIONAL

De interesse do Setor de Comércio e Serviços, destacamos os seguintes andamentos:

Permissão para o trabalho aos feriados

Com a publicação da Portaria do MTE nº 356, de 25 de fevereiro de 2026 que criou o Grupo de Trabalho denominado GT Comércio Varejista e que prorrogou pelo prazo de 90 dias o início da vigência da Portaria MTE nº 3.665, de 13 de novembro de 2023, que trata do trabalho aos feriados por meio de acordo coletivo, que tinha previsto a entrada em vigor nesse mês, dia 01 de março de 2026.

A novidade é que nesse mês de abril, houve a realização das primeiras reuniões do “GT Comércio Varejista” no âmbito do Ministério do Trabalho com a participação, entre os membros, da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (Unecs), na qual a CNDL é associada e representada.

Há CNDL segue com a preocupação, pois todos os demais membros são do movimento sindical, ou seja, a maioria defende o acordo coletivo em detrimento ao acordo individual.

Paralelamente, apoiamos à aprovação do PL 5552/2023 que altera a Lei de nº 605 de 1949; a Lei nº 10.101 de 2000; a Lei nº 13.874 de 2019. Visa garantir o trabalho aos feriados por meio de acordo individual.

O PL está em tramitação, foi apensado a outro com o mesmo tema, mas pela FCS solicitamos a desapensação. É necessário para segurança jurídica em relação a Portaria MTE 3665/2023.

CONGRESSO NACIONAL

Taxação dos Importados até 50 dólares

A CNDL subscreveu o Manifesto pela Isonomia Tributária, em conjunto com diversas entidades representativas do setor produtivo, diante de discussões recentes sobre a possível reversão da tributação aplicada a plataformas estrangeiras de e-commerce, conhecida como “taxa das blusinhas”.

Divulgado na terça-feira (7/4), o documento reúne argumentos e dados que apontam resultados concretos após a implementação das medidas de taxaço sobre produtos importados de até 50 dólares. Entre os pontos destacados, está o impacto na competitividade do varejo nacional e na busca por condições mais equilibradas entre empresas brasileiras e plataformas internacionais.

Na avaliação da CNDL, o avanço na construção de um ambiente de negócios mais justo passa, necessariamente, pela manutenção de regras isonômicas, tanto do ponto de vista tributário quanto regulatório. A entidade defende que esse equilíbrio é fundamental para estimular o desenvolvimento econômico, fortalecer o comércio interno e garantir maior proteção ao consumidor.

O manifesto também chama atenção para os riscos de retrocessos em políticas que vêm sendo implementadas com o objetivo de reduzir distorções competitivas no setor.

Integra da matéria: <https://site.cndl.org.br/cndl-subscribe-manifesto-e-reforca-defesa-da-isonomia-tributaria-no-e-commerce/>

CONGRESSO NACIONAL

Reforma Tributária e o Comitê Gestor do IBS

A CNDL participou no dia 07 de abril, da Cerimônia de Posse do Presidente, do Primeiro Vice-Presidente e do Segundo Vice-Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS) no Congresso Nacional. Com a posse, iniciam-se as regulamentações de competência do órgão sobre o IBS.

O cronograma de trabalho segue com próxima reunião extraordinária agendada para o dia 27 de abril de 2026, às 14h, em formato virtual. Na ocasião, o Conselho dará continuidade às discussões sobre o Regimento Interno Estrutural e avançar nos debates do Regulamento do IBS.

O fim da escala 6x1

A CNDL tem acompanhado e participado de agendas que debatem o fim da escala 6x1, em Brasília. Na noite do dia 14 de abril, o Poder Executivo Federal apresentou o PL 1838/2026, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a redução da duração normal do trabalho e sobre o descanso semanal remunerado dos trabalhadores que especifica.

E na quarta-feira (15), na reunião deliberativa da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados foi lido o parecer pela admissibilidade da PEC 221/20219 que trata do fim da escala 6x1, porém, após a leitura, o parecer não foi votado em razão do pedido de vista coletiva formulado pelos deputados Bia Kicis (PL/DF) e Lucas Redecker (PSDB/RSO, adiando a votação e o envio para uma Comissão Especial.

 Acesse a íntegra da matéria no site da CNDL:
<https://mla.bs/510c6912>



www.cndl.org.br